

CONFLITOS RELIGIOSOS NA ARENA POLÍTICA: O CASO DO RIO DE JANEIRO*

Maria das Dores Campos Machado
Universidade Federal do Rio de Janeiro - Brasil
Cecília Loreto Mariz
Universidade Estadual do Rio de Janeiro - Brasil

Resumo. As eleições de 2002 confirmaram o fortalecimento da presença evangélica na disputa por cargos políticos no Estado do Rio de Janeiro, e revelaram um deslocamento de vários setores dessa tradição religiosa em direção aos partidos de esquerda. Embora a crescente participação dos evangélicos na política brasileira já tenha despertado muita atenção dos cientistas sociais, há relativamente poucos estudos sobre a reação de outros grupos religiosos e/ou políticos a esse fenômeno. Um dos objetivos do presente artigo é analisar especialmente a reação católica. A análise de declarações de políticos em geral, mas especialmente de políticos católicos, sobre essa força eleitoral evangélica, bem como a análise das propagandas eleitorais de candidatos que se identificavam como católicos revelaram uma variedade de discursos reativos. A reação variava desde um questionamento genérico da legitimidade de envolver religião com política, até críticas e confrontos especificamente voltados à atuação da IURD.

Palavras-chave: política, religião, eleições, disputa religiosa.

Abstract. The 2002 elections confirmed the growth of evangelical presence in the battle for political posts in the State of Rio de Janeiro, and revealed that various sectors of this religious tradition are moving towards the parties of the left. Although the growing participation of the evangelicals in Brazilian politics had already called the attention of social scientists, there are relatively few studies on the reaction of other religious and/or political groups to this phenomenon. The objective of this article is to analyze specifically the catholic reaction. The analysis of political statements in general, but especially those made by catholic politicians, on the electoral strength of the evangelicals, as well as research into electoral propaganda for candidates who identified themselves as Catholics, revealed a variety of reactive discourses. The reaction varied from a generic questioning of the legitimacy of involving religion in politics, to criticism and confrontation specifically aimed at the activities of the IURD.

Keywords: politics, religion, elections, religions battle.

“O PSB de Deus deve superar o PT em militantes”

O recente realinhamento político de vários segmentos evangélicos pode ser representado tanto pela trajetória política do Anthony Garotinho (42 anos), quanto pelas alianças políticas do PL com o Partido dos Trabalhadores (PT) no segundo turno das eleições de 2002. No que se refere ao atual secretário de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, único candidato evangélico a Presidência da República, sabemos que na juventude militou no Partido Comunista e que na década de 80 ajudou a fundar o PT da cidade de Campos, partido pelo qual disputou a sua primeira eleição.² Posteriormente migrou para o Partido Democrata Trabalhista (PDT) pelo qual se elegeu prefeito de Campos por duas vezes, foi Secretário de Agricultura do Estado e em seguida Governador do Estado graças a uma aliança política com o PT.³ Finalmente no exercício do poder executivo trocou o PDT pelo Partido Socialista Brasileiro, agremiação pela qual disputou as últimas eleições.

Presbiteriano e radialista como sua esposa, a atual governadora do Rio eleita em 2002, Rosângela Matheus (mais conhecida como Rosinha), Garotinho se converteu após um grave acidente de trânsito, e foi o responsável pelo engajamento dos membros de sua família nos grupos evangélicos. Liderança com fortes traços carismáticos, além de eleger sua mulher para o executivo estadual no primeiro turno das eleições, Garotinho foi o candidato à presidência mais votado no Estado do Rio arrebanhando votos de eleitores de vários segmentos religiosos. Afinal, se os evangélicos representam 21, 1% da população fluminense, sua votação foi de 39,58% dos votos válidos.⁴

Identificados por muitos estudiosos e pela mídia em geral como populista ou neopopulista (Fonseca 2002, Jairo Nicolau e Novaes apud Folha de São Paulo 07/04/2002) seu sucesso no Estado se deve em parte aos programas assistencialistas implementados – Cheque-cidadão, Sopa-Cidadania, Cheque-Idoso, restaurantes e hotéis populares, etc... –, e em parte à rede de apoio que conseguiu tecer com os outros setores evangélicos, particularmente da Assembléia de Deus. Já indicamos em outro artigo (Machado & Figueiredo, 2002) que a grande maioria das entidades responsáveis pela distribuição do Cheque-cidadão é da tradição evangélica, e que dentre elas predominam as igrejas ligadas à denominação Assembléia de Deus. Várias dessas igrejas funcionaram como verdadeiros comitês eleitorais e muitos pastores assumiram o papel do tradicional cabo eleitoral. Entidades interdenominacionais como a Asso-

ciação dos Homens de Negócio do Evangelho Pleno - ADHONEP – financiaram sua campanha injetando novas forças no partido do antigo revolucionário Miguel Arraes.

Um outro ponto importante para entender a trajetória política e o sucesso alcançado no seu estado de origem tem a ver com o que Renato Janine denominou de “esvaziamento da esfera política” e a necessidade contemporânea de se buscar “vitalidade social em áreas que não são tradicionalmente políticas”. Segundo esse filósofo, o descrédito crescente dos políticos tradicionais entre os brasileiros favorece o surgimento de novos atores oriundos de movimentos sociais e grupos religiosos que conseguem agregar politicamente as pessoas e trazer uma nova energia para a esfera da política (Ribeiro, 2002: 103). No caso específico de Garotinho percebe-se que o estilo comunicativo e as políticas populistas encontram no discurso moral um ingrediente a mais para a conquista da simpatia e voto dos que cansados da corrupção e da imagem negativa dos políticos anseiam por mudanças.

As primeiras análises quantitativas da influência da religião no voto à presidência da república nas eleições de 2002 revelam o sucesso do ex-governador do Rio de Janeiro no uso das redes religiosas e da sua identidade confessional. Segundo Almeida & Cheibub (2003: 74), no primeiro turno “o candidato Garotinho recebe votação expressiva apenas entre os eleitores evangélicos, nas demais categorias religiosas sua votação é menor ou estatisticamente igual à do candidato Ciro Gomes. Na verdade, 36% dos votos do Garotinho foram dados por evangélicos pentecostais e 16% por evangélicos não pentecostais. Mais da metade dos votos de Garotinho foi de eleitores evangélicos que constituem apenas aproximadamente 10% da população”.

De qualquer maneira não se trata aqui de fazer uma análise profunda da campanha e dos resultados alcançados por esse candidato, mas sim de mostrar como a identidade religiosa em alguns momentos foi usada para mobilizar os eleitores e como em outros momentos os próprios dirigentes do partido vinham a público esclarecer que o PSB não queria adotar a moral religiosa como código de conduta para a nação. Os jornais noticiaram tensões entre os responsáveis diretos pela campanha e os líderes regionais do partido que discordavam da ênfase na dimensão religiosa no discurso do candidato.⁵ Preocupação pertinente, afinal num país de maioria católica o destaque dado à identidade evangélica poderia transformar em um limite na corrida presidencial. Em declaração ao Jornal Folha de São Paulo de 07/04/2002, o candi-

dato tenta tirar proveito das críticas ao seu discurso religioso, argumentando que vários setores, incluindo a mídia brasileira, “querem segregar os evangélicos, criar um verdadeiro *apartheid* no Brasil”.⁶

No campo da oposição, o material impresso da campanha de Benedita e Lula,⁷ a primeira evangélica e o segundo católico, indicam as dificuldades de articular os interesses das lideranças regionais com os das nacionais e a ambivalência no trato da identidade religiosa como atributo eleitoral. No panfleto “13 Razões para você não votar em Rosinha e Garotinho” os petistas desqualificam as estratégias do PSB fluminenses e argumentam:

Rosinha e Garotinho manipulam a fé das pessoas simples e misturam religião com política, fazendo uma salada perigosa, utilizando-se da sua crença religiosa (evangélica) para atrair seus irmãos de fé para seus projetos pessoais. Essa é uma atitude messiânica e equivocada, pois a fé das pessoas é um assunto de foro íntimo que não deve ser manipulado pelos políticos.

No panfleto “Esclarecimento aos Evangélicos”, também distribuído pelos militantes petistas do estado do Rio o discurso parece um pouco diferente no sentido de valorizar a identidade religiosa.

A irmã Benedita não tem como postura responder de forma agressiva as calúnias que são levantadas. Mas quer esclarecer e alertar a você para que não seja enganado mais uma vez. [...] Você sabe que tentam omitir do povo evangélico que Conde é o vice da Rosinha? E que ele declarou para o jornal O Globo de 09/10/2000 ‘não preciso buscar voto dos evangélicos’. Conde despreza o voto do povo evangélico.

Assinalamos o adjetivo irmã porque ele expressa a tentativa de reafirmar os vínculos da candidata com a família de fé e se colocar como alternativa ao casal que vindo do interior do estado, que rapidamente conquistou a confiança e o apoio da maioria dos evangélicos fluminenses. Aqui a estratégia é denunciar a aliança com setores que no passado menosprezaram os votos evangélicos. O curioso é que se no plano estadual denunciar as posições dos aliados de Rosinha nas eleições anteriores foi o recurso dos petistas, na disputa pelo executivo nacional, a opção do candidato Lula da Silva foi inversa: evitar os ataques a Anthony Garotinho e buscar uma aliança com o Partido Liberal que tem vários diretórios regionais presididos por políticos da Igreja Universal do Reino de Deus.

A ingerência dos grupos religiosos nas coligações partidárias

No interior do Partido dos Trabalhadores e entre os seus aliados históricos a resistência às novas estratégias dos dirigentes da campanha de Lula estava relacionada, sem dúvida alguma, ao viés ideológico da agremiação partidária e à força política dos quadros da IURD dentro do PL. O fundador do PT e vice-governador de São Paulo, Hélio Bicudo, afirmou ser o PL de “direita”, e criticou os exploradores da fé que integrariam a igreja de Edir Macedo, questionando: “Para chegar ao céu, o PT precisa do diabo?”. Já o presidente da CNBB, Dom Jaime Chemello, afirmou que um acordo entre dois partidos tão diferentes poderia fazer com que surgissem “dúvidas éticas”.

O PT do Paraná chegou a rejeitar a coligação com o PL na convenção realizada em Curitiba no dia 16 de junho, e segundo o Jornal O Globo, “além das divergências políticas, a proposta de aliança estadual teve um entrave religioso”. O candidato petista ao governo, o então deputado estadual Roque Zimmerman, é um padre da Igreja Católica e o PL tinha dois pastores entre os seus parlamentares: o presidente estadual, deputado federal Oliveira Filho e o deputado estadual Edson Praczyck (O Globo 17/07/2002). Mas além do Paraná e São Paulo, constatou-se que a coligação sofreu resistência em outros estados: Alagoas, Minas Gerais e Rio de Janeiro também foram palcos de grandes batalhas entre os petistas e os parlamentares do PL.

É sabido que o apoio da IURD e das demais denominações religiosas ao candidato vencedor só se deu no segundo turno e que o alinhamento com o Anthony Garotinho não se explica apenas pela identidade religiosa do candidato ou por um projeto político de eleger um presidente evangélico para o país.

Na realidade, uma das exigências do PL para a concretização da aliança com o PT no estado do Rio era que o nome do Bispo da IURD, Marcelo Crivella, fosse indicado como um dos candidatos a uma das duas vagas para o senado, pretensão que encontrou muita resistência entre os petistas locais e acabou inviabilizando o apoio no primeiro turno.⁸ Assim na convenção do dia 15 de junho o diretório regional contraria a direção nacional⁹ e faz uma “aliança branca” com o PSB em troca da promessa de Rosinha de que os políticos do partido voltariam a ter lugar na administração estadual caso ela fosse eleita. E mesmo que o Crivella não tenha aparecido no Programa Eleitoral Gratuito

como um dos candidatos indicados pelos postulantes do PSB, na campanha de rua e no material impresso Rosinha esteve ao lado daquele Bispo.

Os acordos desse partido no Rio não se limitaram ao grupo da IURD e estavam sempre atrelados ao apoio simultâneo à candidatura de Garotinho para a presidência da república. Embora o segmento majoritário da Assembléia de Deus tenha aderido à candidatura desse presbiteriano desde o seu lançamento, a Convenção de Madureira pretendia de início apoiar o candidato da situação: José Serra. Negociações que garantiram o engajamento dos candidatos ao executivo pelo PSB na campanha televisiva e impressa do Pastor Manoel Ferreira ao Senado Federal acabaram por ampliar o leque de apoio no Estado incluindo o PPB. No segundo turno, esse assembleiano, que recebeu a terceira maior votação na disputa pelo Senado (1.782 milhões de votos), voltou a aderir à campanha de José Serra, independentemente do apoio de Garotinho ao petista.

De qualquer modo, o candidato do PSB com todas as dificuldades financeiras que sua campanha enfrentou e a fragilidade da sua estrutura partidária em vários estados do Brasil, conseguiu a terceira posição no ranking dos candidatos à presidência ultrapassando as fronteiras do universo evangélico em várias regiões. Mesmo que os pastores rebatessem o slogan “Crente não inventa, vota 40”, em alusão ao número do PSB, ou ainda “Voto em Garotinho porque, além de crente é competente”, sua votação não se explica apenas pela articulação das esferas religiosa e política e requer uma análise do desempenho dos demais candidatos que não é objetivo dessa comunicação. Entretanto cabe registrar que se ele foi capaz de congrega a maioria dos evangélicos no primeiro turno, não demonstrou a mesma capacidade na transferência dos votos de seus eleitores para Lula.¹⁰ Muito embora esse candidato tenha recebido apoio de alguns segmentos evangélicos ainda no primeiro turno.

O interessante é como os atores políticos acionam a dimensão religiosa e desqualificam a capacidade de influência dos líderes dos grupos concorrentes com o intuito de aumentar seu potencial de negociação com os candidatos que buscam alianças ou apoios informais. A matéria “Os conflitos da coligação ecumênica”, publicada no Globo do dia 30/06/2002, trouxe um ataque do bispo Rodrigues à Igreja Católica que historicamente esteve mais afinada com Lula do que as demais confissões religiosas cristãs.

Apostando no relacionamento entre as pessoas e no apoio que a bancada da Igreja Universal, toda ligada ao PL, pode dar a um possível governo de Lula, Rodrigues não esconde as divergências entre os católicos por causa do centralismo exercido pelo Vaticano. Segundo suas palavras: A Igreja católica não caminha para avançar. Ela é uma Igreja milenar e para mudar tem de mudar o Papa. Tem de encontrar um Papa progressista. E isso está longe de acontecer. Isso teria de ser de cima para baixo. A Igreja católica nunca mudou de baixo para cima, sempre de cima para baixo.

O deputado Bispo Rodrigues (PL/RJ), líder do partido na Câmara dos Deputados, e principal representante da Universal entre os liberais, não admite que a questão do planejamento familiar venha a ser entregue, em um eventual governo Lula, aos católicos, a quem atribui posições conservadoras, da idade da pedra, em matéria de sexualidade. Existem várias posições divergentes entre a Universal e a Igreja Católica. Tem a questão do aborto, do divórcio, pílula anticoncepcional, planejamento familiar. Nós somos a favor do planejamento familiar e os católicos são contra. Nessas questões da sexualidade, a igreja católica continua na Idade da pedra – explicita Bispo Rodrigues.”(O Globo de 30/06/2002)

Ari Pedro Oro (2001e 2002) já escreveu sobre o processo de aproximação da IURD com o PT, demonstrando como aqueles que ajudaram a endemonizar Lula nas eleições passadas vem exercitando já há alguns anos uma política mais afinada com o discurso dos petistas, especialmente no que se refere ao combate a corrupção e a defesa da ética na política. Portanto, não nos interessa aqui aprofundar como que os líderes evangélicos passam a justificar o apoio a Lula no segundo turno. Gostaríamos apenas de acrescentar uma declaração do Bispo Rodrigues que expressa a consciência de quem sabe a capacidade de influência que a sua estrutura hierárquica exerce sobre seus fiéis: “Fabricamos o veneno. Por isso, sabemos qual é o antídoto”. Ou ainda, “vamos falar para eles que não tenham medo de boatos falsos de que Lula vai perseguir os evangélicos, vai fazer o primeiro casamento de homossexuais no Palácio do Planalto, vai fazer aborto indiscriminado..., boatos que são lançados em época de campanha” (O Globo, 12/10/2002) .

A reação à presença de um bispo da IURD no Senado

“Vou fundar uma religião e fazer uma hortinba no Nordeste”¹

Iniciamos essa seção com a frase irônica de Leonel Brizola sobre o sucesso de Marcelo Crivella na disputa pelo Senado Federal porque

ela expressa bem a forte reação de vários políticos tradicionais e, mesmo da mídia, à candidatura e eleição desse líder religioso da IURD. Em pelo menos oito Programas de Propaganda Eleitoral Gratuita transmitidos à noite, identificamos ataques de três diferentes candidatos ao Bispo que se propunha a representar o povo fluminense no Congresso Nacional com o slogan “Se deu certo no sertão, vai dar certo no Rio”. Arthur da Távola, candidato do Partido da Social Democracia no Brasil (PSDB), seguido de Carlos Lupi e do já mencionado Brizola, ambos representantes do Partido Democrata Trabalhista (PDT), centraram suas críticas no evangélico que tinha maior potencial de votos, poupando o Pastor da Assembléia de Deus, Manoel Ferreira (PPB) e mesmo Liliam Sá (PL) que disputava a segunda vaga no Senado Federal por uma indicação dos conselhos de Bispos da IURD.

Os ataques começaram assim que as pesquisas eleitorais revelaram a tendência de crescimento da votação do Crivella^{1 2} e foram deflagrados pelo pedetista Carlos Lupi que no dia 02/09/2002 gastou seus preciosos momentos na televisão com o seguinte comentário:

Você tem o direito de saber quem é esse Marcelo Crivella; que anda enchendo as ruas de propaganda... Ele é sobrinho do Bispo Edir Macedo, aquele da Igreja Universal, da qual também é um dos chefes. E tem como suplente, Eraldo Macedo, irmão do Bispo Edir Macedo. Crivella ficou conhecido por um programa diário na TV da Igreja Universal. A mesma TV onde, alguns anos atrás, um colega dele chocou o Brasil chutando a imagem de Nossa Senhora. Crivella também escreveu um livro ‘Os 501 pensamentos do Bispo Edir Macedo’, o tio dele, que aparece em fitas de vídeos divulgadas pelos telejornais ensinando aos pastores como arrecadar mais dinheiro dos fiéis.

Para dar um tom mais dramático a esse “esclarecimento” do político do PDT foram inseridos trechos de um vídeo com a cena do chute da imagem de Nossa Senhora Aparecida que tinha sido veiculada pela TV Record no dia da Santa padroeira do Brasil. Finalizando o candidato Luppi afirma assertivamente: “Religião não se mistura com política”. Mas se o pedetista deu início á estratégia do combate, foi Arthur da Távola, candidato à reeleição pelo PSDB que dispunha de mais tempo de propaganda gratuita e que nas primeiras pesquisas eleitorais aparecia na segunda posição na preferência do eleitorado, o que mais se empenhou na luta contra o vertiginoso crescimento desse novo ator político. No programa do dia 11/09/2002 uma voz em *off* anuncia:

Neste dia de reflexão o Senador Artur da Távola vai falar do perigo do ódio religioso e do uso da religião como partido político. 'Felizmente no Brasil todas as religiões convivem em harmonia. Deus não é mercadoria, nem tem partido político. A seita do bispo Macedo tem um candidato ao senado, o Bispo Crivella, que, aliás é parente dele. O suplente do Crivella é irmão do bispo Macedo. Nada tenho contra a pessoa de Marcelo Crivella, tenho sim contra o projeto de poder de uma seita expansionista que compra redes de rádio e televisão em todo o Brasil e no exterior e depois de haver formado uma bancada na Câmara Federal, agora quer ter uma também no Senado. Ora o senador representa o Estado, e, portanto, todas as religiões e não apenas uma. As demais igrejas, os católicos, os espíritas, os judeus, os africanos, os orientais, os protestantes, inclusive algumas evangélicas, não fazem da religião um partido político. Alerto o povo fluminense em relação ao projeto de poder do Bispo Macedo. Cuidado! Essa gente prega o ódio religioso em seus templos, usa seus crentes como militantes, gasta fortunas nas eleições para eleger a sua bancada separatista. É um fundamentalismo retrógrado, mas milionário. O Brasil não pode abrigar o ódio religioso. Faça este alerta, com a minha responsabilidade de cidadão, de cristão e de senador pelo Rio.

Assim como Lupi, o candidato do PSDB, Artur da Távola, adotou a posição inversa a do Bispo Crivella e trata de explicitar ao máximo os vínculos desse candidato com a IURD, e especialmente o parentesco com Edir Macedo. E mais, sugere que esse grupo, onde as fronteiras entre o religioso e o empresarial são muito tênues, tem um projeto de expansão que passa pela conquista da esfera política.

Povo do Rio, cuidado! Fiéis de todas as religiões: cuidado! O sobrinho do Bispo Macedo está querendo ser senador e com o irmão do Bispo Macedo como suplente? Onde esses senhores querem chegar? Misturar política com religião e religião com negócios? É uma seita ou uma empresa privada? É uma igreja ou um partido político? Vinte emissoras de TV, 50 de rádio, um jornal além de empresas no setor financeiro, na construção civil e no campo gráfico? E agora o senado?! Quer dizer, eles montam um projeto de expansão, que inclusive discrimina outras religiões, como vimos na reportagem da Veja, e agora pretendem o poder político. Onde isso vai parar? É meu dever como senador da república, como cidadão e como cristão, alertar o povo do Rio de Janeiro. (23/09/02)

O adjetivo cristão no término de todas as intervenções desse candidato, relacionadas ao Bispo Crivella, não deixa dúvida sobre o caminho ambíguo desse candidato católico para se mostrar fiel a Deus sem declarar sua filiação religiosa, o que favorecia a confusão com os

evangélicos que usam muito mais freqüentemente essa expressão para se auto-identificar. Afinal, para além do ataque, propriamente dito, faz-se necessário criar uma empatia com o eleitor. Esse tipo de estratégia foi utilizado também por Brizola no programa do dia 16/09/02, que pôs no ar a cena do Bispo Macedo contando o dinheiro com os outros pastores, enquanto em *off* a sua voz alertava: “todos vocês que tem formação evangélica, como eu, cuidado com esses políticos que fazem da igreja cabo eleitoral para servir para seus poderosos”. Aqui, o político assinala a socialização na família de tradição protestante deixando no ar sua atual opção religiosa, ateísmo ou agnosticismo. O interessante é que uma vez concluído o processo eleitoral e empossado o novo governo, uma das primeiras atividades do ministro das Comunicações Miro Teixeira, representante do PDT no governo de Lula, foi visitar a Rede Record de Televisão pertencente à Igreja Universal do Reino de Deus, ocasião em que foi recebido pelo Bispo Edir Macedo.

Cabe registrar que a estratégia adotada pelo Bispo Crivella de se apresentar como um benemérito, responsável pela fundação da Fazenda Canaã no nordeste brasileiro, sem explorar seus vínculos com a IURD, revelou-se muito acertada. Eleito com 3.243.289 votos ou 21,6% dos votos válidos do Estado para o Senado Federal, Marcelo Crivella conseguiu criar uma empatia com o eleitorado fluminense que vai muito além dos limites de sua denominação religiosa. Afinal, se em 2000 o Rio de Janeiro se destacava como o estado brasileiro com o maior contingente de adeptos da IURD, estima-se que o número de fiéis desta igreja encontrava-se em torno de 350.000 naquele ano (Jacob et al., 2003: 42). Ou seja, quase um décimo dos votos arrebanhados pelo Bispo Crivella.

Inegavelmente este dirigente religioso que estreava na política contou com a militância ativa e numericamente surpreendente dos fiéis da igreja durante toda a sua campanha, mas não se pode deixar de mencionar o carisma pessoal e o recurso populista consubstanciado na frase “Se deu certo no sertão, vai dar certo no Rio”, quando se examina o resultado das urnas. A opção de explorar as atividades do bispo frente ao Projeto Nordeste que, segundo sua propaganda levou água, escola e atendimento médico a uma região inóspita, acabou por gerar a imagem do político comprometido com o desenvolvimento do país, mas sobretudo, preocupado em minorar o sofrimento dos pobres e das crianças. Crivella aprendeu rápido que o engajamento em ações filantrópicas e/ou projetos assistencialistas rende bons frutos junto aos eleitores,

e logo depois da posse tratou de fundar uma ONG no Estado do Rio para dar atendimento dentário à população: a “Sorria Rio”.

A identidade católica como recurso eleitoral

Um outro tipo de reação ao crescente número de políticos evangélicos e ao seu sucesso eleitoral foi o surgimento de candidatos que adotavam a identidade católica como principal recurso eleitoral. Embora a Teologia da Libertação tenha sempre defendido a união fé e política, seus militantes evitavam usar a identidade ou símbolos especificamente católicos na propaganda eleitoral. A prática política dos católicos vinculados a essa vertente progressista era adotar a identidade do pobre, do oprimido ou excluído. Em geral os líderes, que se formaram em comunidades de base e pastorais católicas, se afiliavam ao PT e exploravam a identidade de sua comunidade ou do trabalhador e evitavam falar da Igreja Católica (Mariz, 1994). Esse estilo de política é bem exemplificado pela campanha da deputada estadual católica Inês Pandeló, re-eleita em 2002 para Assembléia Legislativa Estadual do Rio de Janeiro, que não procurava nas propagandas eleitorais mobilizar a identidade católica de seus eleitores. Essa deputada, que já foi prefeita de Barra Mansa- RJ, participou de Comunidade de Base (CEBs), o que deixa registrado em seu *símbolo* eleitoral, e construiu sua carreira política a partir de sua militância religiosa. Portanto, catolicismo e política também se mesclam em sua carreira, mas com estilo distinto do que se analisa agora.

No Estado do Rio, verificamos uma novidade: surgiram candidatos que, no horário eleitoral gratuito, procuravam votos com frases que enfatizavam a sua vinculação ao catolicismo. Entre os candidatos federais, chamou atenção a performance de Ó Clemente¹³, representante e presidente do Partido Humanista da Solidariedade (PHS) por ocasião das eleições. Vestido de terno e gravata, declarava com ênfase: “Atenção, o momento é grave. Acordem católicos, Deputado Federal Ó Clemente 3113.”

Esse político, quando questionado sobre o que queria dizer com o seu slogan ou com a afirmação acima, explicou na entrevista que deu a nossa equipe de pesquisa,¹⁴ que estava se referindo ao crescimento evangélico na política, e a ascensão ao poder político desses grupos religiosos, mais especificamente aos políticos da IURD. O apelo à iden-

tidade católica não parece ter rendido bons frutos eleitorais para Ó Clemente que recebeu aproximadamente 20 mil votos em 2002, e não conseguiu uma cadeira no Congresso Nacional. No entanto, verifica-se uma tendência de crescimento comparando esses resultados com os da eleição em 1998 quando obteve 6 mil votos.

Outro candidato a deputado federal, que também se identificava como católico no horário gratuito de propaganda eleitoral de 2002 no Rio, foi Pedro Carmona do PDT. Usando trajes simples, Carmona dizia apenas: “Você é católico? Você me conhece: Pedro Carmona da Igreja de São Jorge de Quintino. Alô arraiá e festas juninas! Vote no Padre Tiririca. Deputado Federal 1230”.¹⁵

Já dentre os candidatos a deputados estaduais havia dois do PHS que usavam a identidade católica na propaganda eleitoral gratuita da TV, Maria Helena (número:31123) e Tuninho RCC (número 31000). Ambos apareciam por apenas três segundos, tempo suficiente para se apresentarem como católicos. Maria Helena, sorridente falava bem rápido, “*A paz de Jesus e o amor de Maria*”. Por sua vez, Tuninho RCC declarava “*Católico vota em católico*”. Vestido informalmente, com uma camisa de manga curta na cor bege, Tuninho se distingue por explicitar seus elos com a Renovação Carismática Católica colocando em seu nome de urna as iniciais desse movimento (RCC).

Entretanto, todos os quatro candidatos acima citados tinham, segundo informação de entrevistas, vínculos com o MRCC que até muito pouco tempo era um movimento distanciado da política, e avesso a tentativas de politização de suas atividades religiosas (Benedetti, 1988; Prandi, 1996). O interesse pela disputa eleitoral surgiu no início da década de noventa, nessa época Machado (1996), Carranza (2000) e Miranda (1999) identificaram candidatos apoiados pelo movimento de Renovação em Minas Gerais, São Paulo e no Ceará. Além de sua curta trajetória política, os candidatos ligados ao MRCC mostraram preferência pelo pequeno PHS.¹⁶

Em entrevista realizada em 2003 com o então presidente do PHS no Estado do Rio de Janeiro, o candidato a Deputado Federal Ó Clemente declarou que o partido é mais forte em Minas e no Ceará, e que embora não tenha conseguido eleger ainda ninguém no seu Estado, o PHS tem crescido bastante em número de filiados e votos. Ó Clemente afirmou também que em 1998 o PHS, com apenas dois anos de fundação, fez seu primeiro Deputado Federal, o candidato Miguel

Martins que disputou pela representação de Minas Gerais no Congresso Nacional. Na eleição seguinte em 2000, o partido conseguiria eleger vários prefeitos e mais de cento e quarenta legisladores em todo o território nacional, o que foi interpretado por ele como um feito muito significativo para uma agremiação partidária tão recente.¹⁷

Ó Clemente afirma que o PHS tem uma forte ligação com a Igreja Católica, especialmente com a RCC, mas deixou claro que esse apoio é extra-oficial e que o partido não é exclusivamente católico, pois tem vários filiados de outras igrejas e religiões. O requisito de filiação é a anuência com o estatuto do partido. Para comprovar sua afirmação, o entrevistado comenta que nas eleições de 2002, o partido lançou vinte e dois candidatos no Rio de Janeiro, desses, dezoito eram católicos e quatro evangélicos. No que se refere aos católicos, o entrevistado destacou que os candidatos eram em geral pessoas ativas dentro de suas paróquias, líderes, a exemplo do Tuninho RCC que atuava na paróquia Nossa Senhora da Conceição em Nilópolis. Quanto aos evangélicos, deixou claro que não havia ninguém da IURD. Cabe ressaltar que apesar dessa preocupação dos líderes do partido com o crescimento da presença da IURD no cenário político, nada há em seus estatutos e documentos sobre essa questão.

Os candidatos do PHS entrevistados declararam que o partido com o qual mais se identificavam, depois do seu próprio, era o PT, ou melhor como fizeram questão de destacar: “o setor cristão do PT”. A agenda do PHS é inspirada na doutrina social da Igreja Católica. Curiosamente, o único dos candidatos que se auto-identificava como católico no material de propaganda e obteve sucesso nas urnas no pleito de 2002 foi Alessandro Molon, filiado ao PT. Molon teve uma votação significativa, colocando-se em segundo lugar no ranking dos deputados estaduais mais votados de seu partido. Na realidade esse resultado advém do fato de ter sido apoiado tanto pelos católicos vinculados à Teologia da Libertação, quanto pelos membros do movimento carismático. Com cerca de 30 anos, esse político participa do movimento de inspiração carismática “Deus é Dez” que reúne jovens em *shows* com música religiosa, desenvolvendo também trabalhos em várias pastorais sociais. Desta forma, a eleição de Alessandro Molon expressa uma certa aproximação entre grupos da Teologia da Libertação e grupos da RCC, que já observamos em artigo anterior ser uma tendência recente,¹⁸ e crescente no Brasil (Mariz & Machado, 2000).

Embora não se possa reduzir o crescimento de candidaturas com identidade católica e carismática a uma reação ao fortalecimento político dos evangélicos no Estado do Rio de Janeiro, observa-se que esse fenômeno afetou o discurso e estilo das campanhas dos católicos. Verifica-se também que alguns candidatos carismáticos se aproximaram de partidos como PT, e PDT, considerados de esquerda, tal como os evangélicos.

As políticas sociais e os atritos entre católicos e evangélicos:

Apoiamos Lula para presidente porque reconhecemos que várias propostas do seu programa de governo se identificam com a vocação profética da Igreja de Jesus Cristo, como a defesa da inclusão social, dos oprimidos, da ética nas relações, da distribuição de renda e da proclamação e busca da justiça e da fraternidade entre as pessoas. Documento de apoio dos pastores evangélicos ao candidato Lula da Silva divulgado no ato público de 17 de outubro no Rio de Janeiro.

O que queremos é ser parceiros desse novo governo. Se a Igreja Evangélica existe, e é importante para o país, então nós queremos ser valorizados. Citação do Bispo Robson Rodovalho – Sara Nossa Terra – publicada na Revista Eclésia Ano VII, nº 83, p.41.

Em nossas considerações finais gostaríamos de chamar atenção para a nova fase do embate entre evangélicos e católicos inaugurada com a divulgação dos programas sociais do governo petista e a constituição de conselhos com representantes da sociedade civil. Lançado como o carro chefe do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, o Programa de Combate à Fome vem gerando uma série de atritos entre aqueles que uma vez tendo apoiado o PT se sentem no direito de atuar como parceiros na implementação das ações sociais e integrar os conselhos. De modo geral, a imprensa tem sido o canal para pressionar os responsáveis pelo programa e o próprio presidente da república e as matérias jornalísticas expressam tensões não só entre evangélicos e católicos como no interior do próprio grupo católico progressista.

As vinculações históricas do PT com as lideranças religiosas ligadas à teologia da libertação e o papel importante que a Igreja hegemônica desempenhou na assistência social aos pobres brasileiros

fizeram com que nomes como Frei Betto, Dom Mauro Morelli e Zilda Arns, fossem logo mencionados como prováveis integrantes do Conselho Alimentar responsável por formular políticas estratégicas para o Fome Zero e conduzir o programa. Os evangélicos sentiram-se preteridos e através do Bispo Rodrigues começaram a pressionar pela inclusão de outros segmentos religiosos no dito Conselho. Simultaneamente, uma série de críticas públicas feitas por Zilda Arns e Dom Mauro Morelli ao programa anunciava as dificuldades que Lula enfrentaria na sua tentativa de conciliar interesses tão diversos e conflitantes. Ainda nos primeiros dias de governo o jornal O Globo noticiava:

Depois de atribuir aos evangélicos o veto ao nome de Dom Mauro Morelli, ao programa, o ministro José Graziano, da Secretaria de segurança Alimentar, enfrenta agora a ira dos próprios evangélicos. O deputado Bispo Rodrigues negou que tenha feito oposição a Dom Mauro e reivindica a participação da Igreja Universal no Conselho Alimentar (CONSEA) [...] O Deputado Walter Pinheiro (PT-BA) também protestou contra as afirmações de Graziano: ‘desconheço que os evangélicos tenham vetado alguém. Aliás, eles nem foram chamados a conversar. Estão querendo transformar a disputa por espaços numa Guerra Santa. Se alguém esta vetando, está vetando em nome próprio, reagiu Pinheiro (O Globo, 13/01/2003).

Dois dias depois o mesmo jornal noticiava que (O Globo 15/01/2003) o Frei Betto, na condição de assessor especial do presidente Luiz Inácio Lula da Silva para o Fome Zero, discutiria com o Bispo Rodrigues a participação dos evangélicos no CONSEA, mas a indicação e aprovação dos nomes levou vários meses.¹⁹ Em alguns momentos o próprio Presidente da República foi acionado para aplacar a pressão dos evangélicos, como demonstra o trecho do discurso proferido em uma cerimônia religiosa organizada no Palácio do Planalto pela Ministra da Assistência e Promoção Social, Benedita da Silva em fins de março de 2003: Planalto. Segundo o Jornal O Globo de 01/4/2003, naquela ocasião:

Lula disse que não foram poucos os candidatos que receberam o apoio dos evangélicos durante a campanha ao longo da história, mas que depois de eleitos, tiveram vergonha de aparecer em fotos ao lado dos pastores. Vocês vão ter a oportunidade de ter um contato direto com os ministros e com o presidente para estabelecermos uma parceria. Queremos compartilhar o importantíssimo trabalho social que executam. No meu governo, não haverá discriminação nem vergonha de conversar com os evangélicos.

É interessante observar também que, se no programa federal os evangélicos tiveram que pressionar muito para abrir algum espaço no CONSEA, no plano estadual, especialmente no que se refere ao Programa Cheque-cidadão, os atores sociais que vão criticar a condução das políticas sociais serão os católicos. E aqui é o novo arcebispo do Rio, o cardeal Dom Euzébio Oscar Scheid, quem entra na polêmica atacando a política social do governo do estado do Rio e responsabilizando-a pela debandada dos católicos. De acordo com suas palavras ao jornal o Dia de 21/01/2003:

As pessoas estão interessadas [no cupom] e são pressionadas a se converter a igrejas fundadas por aventureiros para conseguir recebe-lo. A questão é administrativa, civil, não deve haver uma pressão. Misturou-se política à religião, o que é um erro". [...] "Esses grupos tentam colher no celeiro alheio de todos os modos, oferecendo, inclusive, benefícios materiais. Isso não é elegante, para não dizer vil. Um exemplo disso é o cheque-cidadão.

Defendendo a desvinculação da distribuição do benefício das entidades religiosas acrescenta: "Isso é errado, não deveria acontecer. Tudo o que quero é que parem com o proselitismo, se é que eles sabem o que é isso". A denúncia do uso político do Programa Cheque-cidadão por parte do cardeal imediatamente despertou reação em atores religiosos das mais diferentes denominações. Segundo o Bispo Rodrigues, "o arcebispo reclama de barriga cheia. O que ele queria na verdade, era exclusividade na distribuição. Falta á Igreja católica democracia". Já o pastor Nilson do Amaral Fanini, presidente da Convenção Batista Brasileira, criticou Dom Euzébio por chamar de "seitas banais" as igrejas evangélicas, considerando a atitude do líder católico como uma tentativa de desqualificar os grupos da tradição protestante (Jornal O Dia 22/01/2003).

Para além da polêmica dos dirigentes religiosos, sabemos que o programa atende majoritariamente a população da Baixada Fluminense, região que garantiu 60 % dos votos para a atual governadora, Rosinha Matheus que derrotou a petista e então governadora Benedita da Silva. Ou seja, junto com outras iniciativas de caráter populista, o Programa Cheque-cidadão constituiu numa variável importante para a eleição no primeiro turno de uma mulher que nunca havia disputado um cargo eletivo.

Notas

* Esse artigo é uma versão revista e ampliada do trabalho a aparecer nos anais do congresso da ABHR que ocorreu na Universidade Federal de Juiz de Fora em 2003. Os dados aqui apresentados resultam da pesquisa *Religião e Cultura Política* financiada pelo CNPq.

¹ Frase retirada da matéria “Exército de Salvação” do Jornal *O Globo* de 30/06/2002.

² Pretendia uma cadeira na Câmara Municipal, mas não foi eleito. Ver Fonseca (2002).

³ Em 1994 ele disputou pela primeira vez o cargo de governador do Rio, mas perdeu para Marcelo Alencar. Foi governador de 1998-2002.

⁴ Em termos nacionais a sua votação também é proporcionalmente superior (17,87) a participação dos evangélicos na população brasileira e superou a do candidato Ciro Gomes.

⁵ Alguns dos mais aguerridos no combate à estratégia de Anthony Garotinho foram o atual governador de Alagoas Ronaldo Lessa e a ex-prefeita Luiza Erundina.

⁶ O interessante é que enquanto os socialistas tentavam conter o discurso religioso, os pastores, que compunham o comando paralelo da campanha de Garotinho, queriam justamente o contrário: um candidato menos socialista e que vestisse a camisa evangélica (ver a matéria “Entre Deus e o Diabo” publicada no Jornal do Brasil de 28 de julho de 2002, Caderno A, p. 4).

⁷ Ambos candidatos do PT em 2002 para governador do Estado do Rio de Janeiro e presidente do Brasil respectivamente.

⁸ Os Deputados Chico Alencar e Milton Temer foram os que mais combateram a aliança com o PL e, particularmente o apoio ao bispo Crivella. Segundo Alencar “as conversações com a Igreja Universal do Reino de Deus, se inscrevem no campo do diálogo inter-religiosos, e sua possível contenção de intolerância e conversão ao ecumenismo deve ser saudada. Mas o PT defende o caráter republicano e laico dos partidos e, conseqüentemente, das relações políticas. O rebanhismo manipulador da fé e o populismo messiânico rebaixam o jogo democrático e degradam a vida partidária” (Jornal *O Globo* 23 de junho de 2003).

⁹ Segundo o Jornal do Brasil de 19 de junho 2002 (p.4): “A direção do PL vai anunciar hoje, em nota oficial, que recomenda o apoio ao petista mas que libera as bancadas para apoiarem outros candidatos à Presidência”.

¹⁰ Ver matéria “Evangélicos ligados a Garotinho resistem a Lula” Jornal *O Globo*, 10 de outubro de 2002.

¹¹ Frase de Brizola ironizando o sucesso de Marcelo Crivella nas eleições ao senado (*O Globo* 07/10/2002).

¹² Os Jornais do dia 01/09/2002 apresentaram os resultados da pesquisa IBOPE feita na semana anterior, demonstrando que o bispo tinha 24% das intenções de voto, oito pontos percentuais à frente do ex-governador Brizola (PDT) e do senador Arthur da Távola na luta pela segunda vaga ao Senado. Ver *O Globo* 01/09/2002 p. 14.

¹³ Ó Clemente ou Clemente Sebastião é funcionário público aposentado do Senado Federal.

¹⁴ Registramos e agradecemos o trabalho dos bolsistas de Iniciação Científica e estudantes da UERJ, Eduardo Nazareth, Jocilene Serqueira e Rosiane da Silva na etapa da pesquisa sobre os católicos na política. Ó Clemente foi entrevistado na sede de seu partido alguns meses depois de passado o pleito de 2002

¹⁵ Em sua entrevista a nossa equipe de pesquisa, Pedro Carmona explicou que Padre Tiririca é o personagem que encena nas festas juninas de sua paróquia em Quintino. Nessa paróquia, o candidato, que participa de pastorais diversas e também de do MRCC, é muito conhecido e querido.

¹⁶ Inicialmente chamado de Partido da Solidariedade Nacional.

¹⁷ Ainda segundo essa entrevista feita com o presidente do PHS no Rio, esse partido possuía na época (2003) 80 mil filiados em todo território nacional, mas apenas dois mil no Rio de Janeiro, número considerado pequeno se comparado ao total. Em 2002, o PHS elegeu 2 Deputados Federais no Estado do Ceará.

¹⁸ Em artigo onde compara carismáticos e libertadores, Frei Clodovis Boff (2000) se refere aos "militantes aeróbicos".

¹⁹ No conflito entre Dom Mauro Morelli e Frei Betto, parece, que pelo menos até o momento atual, o segundo vem levando vantagem, embora nem sempre seu papel ou funções no Programa Fome Zero fiquem muito claras.

Referências

- ALMEIDA, A. C. & CHEIBUB, Z (2003) "Uma vela a Deus, um voto". *Insigh Inteligência*. jan., fev., março, pp 69-86.
- BOFF, Clodovis (2000) "Carismáticos e Libertadores na Igreja". *Revista Eclesiástica Brasileira*, nº 237.
- CARRANZA, Brenda (2000) *Renovação Carismática; Origens, Mudanças, Tendências*. Aparecida-SP: Editora Santuário, 2000.
- FONSECA, Alexandre Brasil (2002) "Religião e Democracia No Brasil (1998-2001) Um Estudo Sobre Os Principais Atores Evangélicos Na Política". Apresentado no GT Religião e Sociedade durante o Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, Mimeografado.
- JACOB, C.R. [et al.] (2003) *Atlas da afiliação religiosa e indicadores sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed PUC-Rio; São Paulo: Loyola.
- MACHADO, M.D.C (1996) *Carismáticos e Pentecostais; os Efeitos da Adesão Religiosa na Vida Familiar*. Campinas: Editores Associados/ANPOCS.
- MACHADO, M & FIGUEIREDO, F (2002) "Religião, Gênero e Política: As evangélicas nas disputas eleitorais do Rio de Janeiro". *Ciências Sociais e Religião/ Ciencias Sociales y Religión*, vol. 4, pp: 125-148.
- MARIZ, C (1994) *Coping with Poverty; Pentecostals and Base Communities in Brazil*. Philadelphia: Temple University Press.
- MARIZ, C. & MACHADO, M. D. C. (2000) "Progressistas e católicas carismáticas; uma análise de discurso de mulheres de comunidades de base na atualidade brasileira" *Praia Vermelha; Estudos de Política e Teoria Social*, vol. 2, n. 3, pp. 8-29.

- MIRANDA, Júlia (1999). *Carisma, sociedade e política: novas linguagens do religioso no político*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- ORO, Ari Pedro (2002). “*A política da Igreja Universal e seus reflexos nos campos religioso e político brasileiros*”. Apresentado no GT Religião e Sociedade durante o Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, mimeografado.
- . (2001). “Religião e Política nas eleições 2000 em Porto Alegre”. *Debates do NER - Religião e Eleições 2000 em Porto Alegre*. Ano 2, n° 3, pp. 87-97.
- PRANDI, Reginaldo (1996). *Um Sopro do Espírito*. São Paulo, EDUSP.
- RIBEIRO, Renato Janine (2002) “Religião e Política no Brasil Contemporâneo”. In FRIDMAN, Luis Carlos (org.) *Política e Cultura Século XXI*. Rio de Janeiro, ALERJ/Relume Dumará, pp. 99-110.

Reportagens de jornais:

- Jornal Folha de São Paulo, 07/04/2002 “Religião e mídia são as bases do neopopulismo”. Caderno A p.15.
- Jornal O Globo 30/06/2002 “Os conflitos da coligação ecumênica”, Caderno A, p.12.
- Jornal O Globo 11/10/2002, “Pastores aderem a Serra, apesar de Garotinho”, Caderno A, p. 8.
- Jornal O Globo, 12/10/2002 “Evangélicos ligados a Garotinho se dividem”, p.9 e 10.”Bispo Rodrigues quer varrer boatos contra Lula”, Caderno A, p. 11.
- Jornal O Globo 01/4/2003 “Lula ora com evangélicos”, Caderno A, p. 4.
- Jornal O Globo 13/01/2003, “Fome Zero gera atritos entre aliados”. Caderno A, p. 9.
- Jornal O Globo 15/01/2003, “Fome Zero também sofre limitação de gastos”. Caderno A, p. 10.